

# As palavras e as coisas do FMI

Por **Luiz Gonzaga Belluzzo**

*Valor Econômico*, 7.10.14

***A ênfase, agora, deve ser colocada na busca de construção de nichos que acentuem nossas vantagens dinâmicas***

O economista Frank Hahn morreu em Cambridge, Inglaterra, em uma fria madrugada de janeiro de 2013. Hahn é reconhecido por seus escritos rigorosos e críticos sobre os temas e os problemas suscitados pelas Teorias do Equilíbrio Geral. Seus estudos se concentraram nas dificuldades de enfiar a moeda, por exemplo, nos modelos Arrow-Debreu. Convocado a opinar sobre os modelos DSGE (Modelos Dinâmicos Estocásticos de Equilíbrio Geral), Hahn fulminou: são modelos Mickey Mouse. O enredo é de desenho animado, divertido, mas inconsequente em suas fantasias.

Hoje sacralizados em prestigiosas academias do planeta, os modelos Mickey Mouse predicam a "austeridade expansionista", cujas desgraças se espalham pelas terras da União Europeia.

Na edição de outubro de 2014, o World Economic Outlook, publicação do Fundo Monetário Internacional, fugiu dos modelos Mickey Mouse, avaliou os benefícios do investimento público em uma conjuntura de baixo crescimento nos países centrais e deficiências na infraestrutura dos emergentes.

Em seu segundo capítulo, a publicação semestral do Fundo Monetário cuida do investimento público como indutor da demanda agregada e de seu papel na irradiação de expectativas favoráveis à formação bruta de capital fixo no setor privado.

O estudo do FMI procura demonstrar que o aumento do investimento público afeta a economia de duas maneiras. "No curto prazo, impulsiona a demanda agregada mediante a operação do 'multiplicador fiscal', incitando o investimento privado (crowding in), dada a forte complementariedade ensejada pelo investimento em serviços de infraestrutura. No longo prazo, há um efeito sobre a oferta, na medida que a capacidade produtiva se eleva com a construção do novo estoque de capital".

O texto prossegue em sua avaliação das consequências do investimento público sobre o produto potencial. Afirma que o gasto autônomo do Estado em uma economia com capacidade ociosa ou carência de infraestrutura pode determinar a evolução favorável da relação dívida/PIB no médio e no longo prazo.

Dependendo do "multiplicador fiscal" de curto prazo, da eficiência microeconômica dos projetos e da "elasticidade do produto", o novo investimento pode levar a uma queda da relação dívida/PIB. O leitor atilado há de perceber que esses fatores conformam a capacidade de resposta do gasto privado aos estímulos do dispêndio "autônomo" do governo. Reminiscências keynesianas.

O investimento em infraestrutura executado ou organizado pelo setor público não concorre com o investimento privado, mas, ao contrário, serve como indutor

ou o complementa. Desde o imediato pós-guerra, o exame da trajetória das economias emergentes confirma que o bom desempenho do investimento público foi crucial para a obtenção de taxas de crescimento elevadas. Nas economias industriais modernas, o investimento público desempenha uma inarredável função coordenadora das expectativas do setor privado.

A experiência internacional, sobretudo a dos países asiáticos, demonstra a existência de interações virtuosas entre o investimento em infraestrutura, expansão industrial, emprego e crescimento. Esses países executaram estratégias de "export led growth" com câmbio competitivo, fortes incentivos e duras exigências de desempenho impostas pelo Estado (intervencionismo!) para estimular o investimento privado.

A conjugação de esforços entre o setor público e o setor privado organizado sob forma de grandes empresas permitiu durante muitas décadas a manutenção de taxas de investimento e de crescimento econômico elevadas. Na China, o exuberante desempenho da economia brota do circuito virtuoso: expansão do crédito - investimento público em infraestrutura; aumento da produtividade com ganhos de escala; geração de saldos comerciais; elevação dos lucros e liquidação de dívidas.

No Brasil, a retomada do crescimento vai depender da capacidade do Estado de exercer sua função indelegável no estágio atual do capitalismo contemporâneo: coordenar as decisões privadas mediante a elevação substancial do investimento público em infraestrutura com o devido cuidado para garantir a difusão dos efeitos pelos diversos setores industriais que produzem e dão empregos.

As condições atuais da economia mundial provavelmente vão dificultar novas experiências de crescimento puxado pelas exportações, o que não significa o abandono dos projetos voltados para uma maior participação do Brasil nas cadeias globais de formação de valor. Essa integração às cadeias globais vai certamente exigir políticas comerciais distintas daquelas executadas nos anos do nacional-desenvolvimentismo. A ênfase, agora, deve ser colocada na busca de construção de nichos que acentuem nossas vantagens dinâmicas apoiadas em programas de inovação, sobretudo os articulados ao agronegócio, aos investimentos do pré-sal e às novas fontes de energia renovável.

Estes programas têm o potencial de compor os interesses públicos e privados e, assim, reanimar as avaliações empresariais de médio e longo prazo que guiam os investimentos das empresas. Ademais, a demanda gerada pelos gastos daí decorrentes devem irrigar setores importantes da indústria de transformação e o modelo de partilha do pré-sal pode contribuir para uma perspectiva muito mais favorável no médio prazo para a melhoria da situação fiscal e do balanço de pagamentos.

O que está em juízo é a capacidade do gasto público em despertar os espíritos animais dos empresários e, assim, recolocar a economia na trajetória do crescimento. O multiplicador keynesiano supõe uma animada disposição do setor privado de sair dos confortos da liquidez para arriscar a pele na geração de empregos e de nova capacidade produtiva.